

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.719 - DF
(2019/0297141-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ADSON SILVA LOURENCO OLIVEIRA
ADVOGADO : RICARDO DE CARVALHO GUEDES - DF008892
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

ADILSON SILVA LOURENÇO OLIVEIRA alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** no HC n. 0719155-15.2019.8.07.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para decretação e manutenção da prisão preventiva do acusado, pela suposta prática do crime de tentativa de homicídio qualificado. Nega, ainda, a autoria delitiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia provisória.

Indeferida a liminar (fls. 197-199) e prestadas as informações (fl. 207), manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso (fls. 230-234).

Decido.

I. Contextualização

Expõem os autos que, no dia 21/8/2019, em atenção à representação da autoridade policial, o Juízo singular decretou a segregação preventiva do recorrente e de um comparsa, investigados pelo suposto cometimento, em 10/8/2019, da infração prevista no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, sob os seguintes fundamentos (fl. 111, grifei):

Por fim, quanto ao "**periculum libertatis**", a constrição cautelar se mostra necessária para resguardar a ordem pública.

Conforme consta dos autos, **na data da suposta prática delitiva, os representados estavam (e ainda estão) em regime de cumprimento de pena (prisão domiciliar)**, em decorrência de ordens judiciais exaradas nos autos das ações penais nº 2018.05.1.000715-2 (KERISSON) e 2015.05.1.004545-3 (ADSON). **Nos referidos processos criminais, KERISSON e ADSON foram condenados pelos crimes de roubo.**

Nesse contexto, ao praticar[em], em tese, a presente tentativa de homicídio ora apurada, em regime de cumprimento de pena, **os indiciados transgridem frontalmente a ordem judicial que impôs a prisão domiciliar (pois eles não poderiam, em tese, estar na rua em plena madrugada, ainda mais portando arma de fogo e efetuando disparos contra terceiros).** Ao supostamente agir[em] de tal forma, demonstram total **menosprezo pela benesse judicial que lhe[s] foi concedida**, deixando claro, com isso, que **não pretendem se submeter a qualquer medida [...] diversa da segregação cautelar.** E mais. **A suposta prática desse novo delito sem sequer ter[em] cumprido integralmente a pena do crime anterior nos permite inferir, com acentuada legitimidade, a tendência dos indiciados ao mundo delitivo.** Nesse ponto, **a prisão preventiva é medida necessária para acautelar o meio social e assegurar a ordem pública.**

A clausura provisória ocorreu, efetivamente, em 4/9/2019 (fls. 115; 158).

O Tribunal de Justiça denegou a impetração originária, oportunidade em que decidiu (fl. 168, destaquei):

Há indícios suficientes de que o paciente é coautor do crime de tentativa de homicídio qualificado.

Segundo representação da autoridade policial, **testemunha que presenciou os fatos reconheceu, por fotografia, o paciente** como quem desceu do veículo sedan, cor preta, juntamente com Kerisson Gabriel Correa, vulgo “Carreirinha”, o qual efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima.

E a vítima, ouvida no hospital, relatou que viu quando “Carreirinha” e o paciente desceram de um veículo preto, sendo que aquele efetuou disparos de arma de fogo na sua direção. Correu e foi perseguida por ambos, vindo a ser

atingida com três disparos de arma de fogo. **Reconheceu, por fotografia, Kerisson Gabriel Correa como quem efetuou os disparos de arma de fogo e o paciente, como o comparsa que acompanhava aquele.**

A forma pela qual o crime foi cometido, por si só, já seria suficiente para justificar a segregação cautelar.

E as condições do paciente não são favoráveis – tem condenação definitiva pelo crime de roubo [...], cometeu o delito quando cumpria prisão domiciliar e fugiu do distrito da culpa, pois não localizado em seu endereço, o que demonstra que, se colocado em liberdade, poderá voltar a cometer crimes.

Há, pois, risco à ordem pública e à aplicação da lei penal.

Diante da gravidade concreta do crime, da periculosidade do paciente e do risco de reiteração delitiva, são inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (CPP, art. 310, II).

Presentes estão os requisitos que autorizam a manutenção da custódia cautelar – garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Em consulta à página eletrônica da Corte distrital, o gabinete verificou que há audiência de instrução designada para o dia 30/1/2020.

Feitos esses registros, analiso as teses defensivas.

II. Vestígios de autoria – necessidade de dilação probatória

De início, ressalto que o exame da **suposta ausência de indícios suficientes da autoria delituosa** demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Nesse sentido:

[...] 2. A moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias evidencia a presença de indícios suficientes da participação da acusada na atividade ilícita, até mesmo com o envolvimento de seu irmão adolescente na tentativa de ocultar drogas e destruir documentos.

Logo, para rever esse entendimento, seria necessária ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus. [...]

(HC n. 510.012/PR, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T.,

DJe 9/9/2019)

Não conheço, portanto, da mencionada alegação.

III. Idoneidade do decreto de cautela extrema

O confinamento preventivo possui natureza excepcional, sempre sujeito à reavaliação, de modo que a decisão judicial que o impõe ou o mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a custódia**, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Apoiado nessa premissa, observo que **são bastantes as ponderações** invocadas pelo Magistrado para embasar a ordem de constrição do réu, porquanto contextualizou, em **elementos concretos** dos autos, o *periculum libertatis*, ao demonstrar o **risco de reiteração criminosa**.

Enunciaram as instâncias ordinárias que o acusado **praticou o conjecturado homicídio tentado enquanto cumpria prisão domiciliar** decorrente de **condenação definitiva pelo delito de roubo** – vale dizer, outra transgressão cometida mediante violência ou grave ameaça à pessoa –, circunstância que demonstra a **probabilidade efetiva de renovação de práticas infracionais** e a sua **concreta periculosidade social**.

Tais fatores são suficientes, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, para a imposição do cárcere provisório, conforme se depreende destes precedentes:

[...] 3. No caso, **o paciente estava no gozo de suspensão condicional do processo no momento da prisão em flagrante e responde a inquérito policial por crime de homicídio** na Comarca de Betim/MG, tudo a revelar inclinação à criminalidade, concretizando a conclusão pela sua efetiva perniciosidade social, inviabilizando a pretendida liberdade, já que **patente a real possibilidade de que, solto, continue a delinquir**. Da mesma forma, **a quantidade de imputações por moeda falsa – treze –**

demonstra a habitualidade criminosa e a concreta possibilidade de reiteração.

[...] 7. Entendendo as instâncias ordinárias pela imprescindibilidade da preventiva, está clara a **insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão**, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo recorrente, diante da **presença do *periculum libertatis***, bem demonstrado na espécie.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 494.876/MG, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 6/6/2019, grifei)

[...] 2. O decreto preventivo fundamentado em anotações de atos infracionais, no caso, mostra-se válido na projeção do vetor da ordem pública, segundo **juízo prospectivo de reiteração delitiva**.

3. Segundo reiteradas manifestações deste Superior Tribunal, a existência de inquéritos, ações penais em curso, anotações pela prática de atos infracionais ou **condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar**. Precedentes do STJ.

[...] 7. Recurso ordinário desprovido.

(RHC n. 106.326/MG, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 24/4/2019, destaquei)

Concluo, pois, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora da clausura preventiva do recorrente.

III. Inadequação de outras medidas cautelares

Diante do fundado risco de repetição delitiva, a **adoção de providências acautelatórias diversas** não se prestaria a evitar o cometimento de novas condutas penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Dessa forma:

[...] V - Adequada fundamentação do *decisum a quo* demonstrando a **real possibilidade de reiteração das condutas delitivas**, portanto, **não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares**

diversas da prisão, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 13/4/2018, grifei)

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço em parte do recurso e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator